

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**OS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA EM UMA
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Charlyze Camargo Dubrisky

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

OS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO

por

Charlyze Camargo Dubrisky

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**

Orientador: Prof^a. Otília Denise Jesus Ribeiro

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Graduação em Ciências Contábeis

A Orientadora, abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão

**OS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA EM UMA
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO**

elaborado por
Charlyze Camargo Dubrisky

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

Otília Denise Jesus Ribeiro, Prof^a.
(Orientadora)

Santa Maria, 13 de setembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e, acima de tudo, pela força e coragem de seguir adiante, apesar dos obstáculos surgidos durante esta caminhada.

Em especial, aos meus pais e familiares, pelo exemplo de vida, sempre demonstrando estar à disposição para ajudar, acreditando no meu potencial e incentivando na busca de meus objetivos, apesar da distância.

Aos amigos, colegas de faculdade e colegas de trabalho, que, tanto em atividades relacionadas à faculdade quanto à vida pessoal, sempre me apoiaram e nunca mediram esforços para me ajudar, dando-me apoio para seguir em frente.

De uma forma muito especial, quero agradecer à professora orientadora Otília Denise Jesus Ribeiro, pela presteza e carinho que me acolheu, dando auxílio e incentivos, compartilhando suas experiências ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos colaboradores da instituição financeira em estudo, por estarem sempre disponíveis a fornecer dados importantes para a elaboração deste trabalho.

Enfim, a todos que, de uma forma ou outra, participaram da minha jornada, dando incentivos e contribuindo para a minha formação, muito obrigada.

RESUMO

Trabalho de Conclusão
Curso de Graduação em Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

OS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO

AUTOR: CHARLYZE CAMARGO DUBRISKY

ORIENTADORA: PROF^a. OTÍLIA DENISE JESUS RIBEIRO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de setembro de 2006.

Diante do cenário no qual as instituições financeiras estão inseridas, em um mercado onde o grau de exposição a riscos é cada vez maior, a necessidade de controles rígidos e eficazes aumenta diariamente. Insere-se, nesse contexto, a auditoria interna, com o objetivo de orientar, dar suporte e transmitir confiabilidade aos gestores. Este trabalho tem como objetivo relatar como a auditoria interna atua em uma instituição financeira, demonstrando seus procedimentos, ou seja, buscam-se subsídios através de um estudo de caso, para demonstrar como é efetuado o trabalho de auditoria interna e sua importância para os colaboradores da instituição financeira em estudo. Atualmente, a auditoria interna perdeu o sentido de somente detectar erros e fraudes. Além disso, ela pode ser considerada uma importante ferramenta de apoio à gestão, fornecendo sugestões confiáveis e orientando a administração. Realizando auditoria interna seguidamente, a instituição diminui o grau de exposição a riscos inerentes a suas atividades, proporciona um elevado grau de segurança a gestores e usuários e, ainda, cria uma cultura interna de que todos os procedimentos são fiscalizados, fazendo com que os colaboradores executem suas tarefas de acordo com as normas da instituição.

Palavras-chave: auditoria interna – procedimentos – instituições financeiras.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Tema	7
1.1.1 Delimitação do tema	7
1.2 Problema	7
1.3 Objetivos	7
1.3.1 Objetivo geral	7
1.3.2 Objetivos específicos	7
1.4 Justificativa	8
1.5 Hipóteses	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
2.1 Instituições financeiras	9
2.2 Auditoria contábil	10
2.3 Auditoria externa	12
2.4 Auditoria interna	12
2.4.1 Procedimentos de auditoria interna	15
2.4.2 Relatório de auditoria interna	15
2.5 Controles internos	16
2.6 Auditoria nas instituições financeiras	18
3 MÉTODOS E TÉCNICA	20
4 ESTUDO DE CASO	22
4.1 Descrição do campo de estudo	22
4.2 Procedimentos adotados pela auditoria interna da instituição.....	24
4.3 Resultados e discussões	28
5 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1 INTRODUÇÃO

À medida em que aumenta a competitividade entre as organizações, aumenta também, a cada dia, a necessidade de controlar todas as suas operações e os riscos que poderiam correr, caso fosse infringida alguma norma estabelecida. Dessa maneira, a auditoria vem assumindo um papel fundamental, onde a figura do auditor representa a garantia de bom andamento das operações. Por este motivo, a auditoria interna vem ganhando cada vez mais espaço no mundo empresarial.

Visando demonstrar os procedimentos de auditoria interna em uma instituição financeira, procuram-se subsídios importantes na empresa em estudo, através do acompanhamento do trabalho de auditoria interna realizado na agência, dos normativos da instituição e de questionamento feito aos colaboradores para colher suas opiniões sobre auditoria interna. Além de detectar erros e fraudes, a auditoria pode fazer sugestões à administração, para que muitos problemas possam ser identificados e resolvidos, antes mesmo de ocorrerem.

Atualmente, conforme a Lei nº 6.404/76, art. 177, as sociedades anônimas de capital aberto precisam ter seus balanços auditados por auditores independentes, devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Assim, nota-se a importância dos auditores internos, que são os responsáveis pela conferência detalhada das rotinas e procedimentos estabelecidos no sistema de controles internos, antes da conferência efetuada pelo auditor independente.

A instituição financeira onde o presente trabalho foi desenvolvido tem todos os seus controles internos já definidos e normatizados. Cabe a cada um dos colaboradores tomar conhecimento, sabendo da importância de tais controles e suas devidas responsabilidades, colocando-os em prática ao executar suas tarefas. Sem que haja o comprometimento de todos os colaboradores, de nada adianta os administradores definirem metas e objetivos.

O desenvolvimento deste trabalho foi dividido em duas partes: teórica e prática. Na parte teórica, após revisão bibliográfica e constantes pesquisas em documentos da organização em estudo, abordou-se a fundamentação teórica, proporcionando conhecimento a respeito do conceito e histórico da auditoria. Na parte prática, mencionou-se como é feito o trabalho de auditoria interna na empresa em estudo e questionado aos colaboradores qual a importância do trabalho de

auditoria interna para a prática de seus trabalhos na agência.

Finalmente, foram apresentadas as conclusões que podem determinar tamanha importância do trabalho de auditoria interna para as instituições financeiras.

1.1 Tema

Os procedimentos de auditoria interna em uma instituição financeira: um estudo de caso.

1.1.1 Delimitação do tema

A pesquisa foi realizada em uma instituição financeira, na agência de Salto do Jacuí – RS, no período de janeiro a agosto de 2006.

1.2 Problema

Atualmente, as instituições financeiras estão inseridas em um mercado que apresenta um elevado grau de exposição de riscos. Com isso, cada vez mais, sente-se a necessidade de um controle maior das suas rotinas, inserindo-se neste contexto a auditoria interna.

Diante disso, quais são os procedimentos adotados e qual a importância que o trabalho de auditoria interna exerce em uma instituição financeira para seus colaboradores?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar os principais procedimentos utilizados na realização de auditoria interna na instituição financeira examinada.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Demonstrar como foi efetuado o planejamento de auditoria interna na instituição em estudo;

- b) Descrever quais foram os principais procedimentos aplicados no trabalho de auditoria interna na agência em estudo;
- c) Demonstrar como foi realizado o trabalho pelo auditor interno na agência examinada;
- d) Descrever qual a visão dos colaboradores em relação à auditoria interna;
- e) Verificar até que ponto os colaboradores consideram importante a realização de auditoria interna para a prática do seu trabalho na agência.

1.4 Justificativa

Objetivando demonstrar como é realizada a auditoria interna, pretende-se aprofundar os conhecimentos na área, mostrando que a mesma não precisa ser necessariamente utilizada para detectar erros e fraudes, mas sim visando à melhoria dos processos administrativos, com idéias transparentes e inovadoras.

De nada adianta a empresa possuir um excelente sistema de controle interno, sem ter alguém que possa, periodicamente, verificar se os colaboradores cumprem o que foi determinado no sistema de controles internos, ou se não seria necessário adaptar o sistema às novas circunstâncias. Este é o objetivo da auditoria interna.

Ao auditor interno cabe a responsabilidade de conferir as normas das organizações. Porém, todos os colaboradores devem comprometer-se, obedecendo às instruções de trabalho, evitando erros, sejam eles intencionais ou não.

A instituição poderá minimizar, gradativamente, os riscos nos sistemas de informação, sigilo bancário, prevenção à lavagem de dinheiro, nas operações de crédito e nas demais rotinas executadas por seus colaboradores, colocando em prática corretamente as normas contidas no sistema de controles internos. Assim, todos estarão ajudando na realização do trabalho dos auditores internos e contribuindo de forma significativa para o programa de auditoria interna realizada por eles.

1.5 Hipóteses

- a) os procedimentos de auditoria interna realizados na agência em estudo estão em conformidade com as normas da instituição.
- b) os procedimentos de auditoria interna realizados na agência em estudo não estão em conformidade com as normas da instituição.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Instituições financeiras

Instituições financeiras são as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros. Estes recursos podem ser da própria instituição ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira.

As instituições financeiras têm por objetivo o comércio do dinheiro, ou seja, utilizam depósitos e aplicações de alguns para emprestarem a outros, sendo que as diferenças de taxas contratadas no ato dos investimentos e dos empréstimos geram lucros.

Conforme Colli (1996), na antiguidade, essas negociações eram tratadas com mercadorias ou outros meios de troca. Com o tempo, o comércio cresceu e quem precisava de dinheiro recorria aos capitalistas, que cobravam juros e, como garantia do pagamento, tinham pedras preciosas e outros valores. Tais atividades cresceram e as operações de compra e venda de moedas ou outros bens, em praça pública, contribuíram para a existência dos bancos e dos banqueiros.

No Brasil, em 12 de outubro de 1808, foi criado o primeiro instituto de crédito, com o nome de Banco do Brasil, que foi fechado por decreto de 23 de setembro de 1829. O segundo Banco do Brasil foi autorizado por lei, mas nem chegou a funcionar. O terceiro Banco do Brasil, por iniciativa de Visconde de Mauá, surgiu em 1851 e, em 1854, incorporou-se ao Banco Comercial do Rio de Janeiro, surgindo assim, o quarto Banco do Brasil. Com a sua reestruturação, surgiu o quinto Banco do Brasil, que evoluiu através do tempo e tornou-se grande estabelecimento bancário do país, cooperando com o Governo na execução da política econômica-financeira.

Dória (*apud* COLLI, 1996) diz que “o banco é uma instituição de crédito que, de modo geral, tem por fim a produção e a circulação dos capitais, servindo de intermediário entre aqueles que dispõem de capitais e aqueles que deles precisam”. Portanto, banco é uma instituição financeira.

2.2 Auditoria contábil

Conforme Bittencourt (2003), a auditoria teve seu surgimento na Inglaterra, no século XIII, tendo como objetivo principal a sustentação dos registros contábeis. No período medieval, já existiam associações profissionais que executavam funções de auditoria, sendo elas: Conselhos Londrinos (1310); Colégio *Raxonatti* (1581); Tribunal de Contas (1640); Academia *Di Regioneri* (1658). Na segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial trouxe a expansão dos negócios, motivando, assim, a necessidade de enfatizar este ramo da contabilidade, tornando o trabalho do auditor uma profissão regulamentada.

Outro fato que contribuiu para a evolução da auditoria no Brasil foi a Lei das Sociedades por Ações (6.404/76, art. 177), determinando que as companhias abertas tivessem seus balanços auditados por auditores independentes registrados na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), respondendo civilmente por seus atos, se fosse verificado que tiveram a intenção de errar.

De acordo com Crepaldi (2000), a auditoria pode ser definida como o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

Portanto, a auditoria consiste na realização de um exame cuidadoso, sistemático e independente, que tem como objetivo averiguar se as atividades desenvolvidas em determinada empresa estão de acordo com os procedimentos estabelecidos previamente, e se estes foram implementados com eficácia.

A auditoria também pode ser vista como uma sistemática observação dos controles internos e da documentação da empresa. Mas, atualmente, o conceito de auditoria tornou-se mais dinâmico, abrangendo funções de toda a administração da empresa, com um regime mais voltado à orientação, interpretação e previsão de fatos.

Em sua conceituação, a auditoria tem um notório crescimento, deixando de ser vista apenas como conferência de documentos contábeis, assumindo uma postura significativa no gerenciamento da empresa, buscando ajudá-la na obtenção de resultados, permitindo que suas políticas sejam colocadas em prática de forma coerente e possibilitando um entendimento entre dirigentes e colaboradores.

Pode-se entender a auditoria como um conjunto de estudos detalhados de todas as operações de uma organização, evitando situações que geram fraudes ou

possam incorrer em erros, através de aplicações de testes periódicos nos controles internos das empresas.

Conforme as normas de auditoria interna, entende-se por fraude os atos voluntários de omissão, manipulação de operações, adulteração de documentos, registros, relatórios e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

Quando os atos não são voluntários, entende-se que houve erro por desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

Pode-se citar, como exemplo, uma empresa que necessitou de auditoria, seja por desconfiança por parte dos sócios, ou por necessidade de conferir se normas estabelecidas estavam sendo aplicadas. Baseando-se nisso, um profissional qualificado desenvolverá relatórios referentes aos quesitos citados. A este profissional, dá-se o nome de auditor.

Segundo Perez Junior (1995), o auditor é o profissional que possui competência legal como contador em diversas áreas, como tributos, técnicas empresariais conhecimentos de normas e procedimentos de auditoria. Durante o seu trabalho, ele deve encontrar elementos que o levem a fundamentar e a emitir sua opinião sobre o objeto de estudo.

Os auditores devem ter grande preparo cultural, técnico e boa formação moral. Além disso, devem ter boa capacidade de comunicação verbal e escrita, para que possam transmitir eficazmente seus objetivos, métodos, conclusões e recomendações.

Os auditores subdividem-se em auditores internos e auditores independentes (ou externos). Os primeiros são funcionários da empresa e tem como função auditar determinados departamentos, estando, assim, subordinados à diretoria. Os auditores independentes são contratados pela empresa, não tendo nenhum vínculo ou dependência financeira com a empresa.

Objetivando a regulamentação do exercício da função de auditor, existem normas estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil. A Resolução denominada – NBC P1 – aprova as Normas de Auditor Independente, enquanto a Resolução – NBC P3 – define as Normas de Profissionais do Auditor Interno. Conforme citado nas normas de auditoria interna, a auditoria somente pode ser realizada por contador devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, segundo norma do Conselho Federal de Contabilidade.

2.3 Auditoria externa

A principal finalidade da auditoria externa ou independente, conforme Bittencourt (2003), é verificar a posição financeira e patrimonial da empresa, bem como os resultados das operações, o patrimônio líquido e as origens e aplicações de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

Atualmente, a auditoria externa distribui-se em diversas áreas de gestão, subdividindo-se em várias ramificações como, por exemplo, auditoria de sistemas, auditoria de recursos humanos, auditoria de qualidade, auditoria jurídica, entre outras.

De acordo com Bittencourt (2003), com a evolução do sistema capitalista e a competitividade acirrada no mercado, tornou-se necessário que as empresas ampliassem suas instalações, investindo no desenvolvimento tecnológico e aprimorando os controles dos procedimentos internos em geral. Como as empresas precisavam buscar recursos junto a terceiros, os investidores precisavam ter um melhor conhecimento da situação patrimonial e financeira das mesmas. Assim, futuros investidores passaram a exigir que todas as demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa, com capacidade para tal atribuição.

O auditor externo é o profissional contador que deve ser independente, não podendo aceitar imposições da empresa quanto às conclusões a que deve chegar, cabendo somente a ele julgar a extensão e a profundidade que deve dar ao exame. Também deve possuir um grande preparo cultural e técnico, inclusive boa formação moral.

O trabalho deste profissional é considerado de suma importância. Para que possam continuar no mercado, as empresas precisam de informações, que são frutos do trabalho de auditoria, e servem para facilitar o processo decisório e melhorar a eficiência da gestão.

2.4 Auditoria interna

A auditoria interna é responsável por fiscalizar e orientar para o cumprimento da legislação contábil e as diretrizes econômico-financeiras, administrativas, operacionais e comerciais, com vistas a garantir a integridade das informações.

Conforme Almeida (1996), com a evolução no campo empresarial, a administração das empresas sentiu que deveria valorizar mais as normas e procedimentos internos, pois os administradores teriam que buscar novos clientes, necessitando, assim, de um responsável interno para conferir e acompanhar todas as atividades.

Apesar de emitir parecer e também um relatório-comentário, dando sugestões para solucionar os problemas da empresa, o auditor externo não permanecia tempo suficiente na mesma. Assim, a administração da empresa julgou necessária uma auditoria mais periódica, analisando com maior profundidade as demonstrações contábeis, bem como outras áreas que podem ser sistema de controle de qualidade, administração de pessoal e outras afins. Nesse contexto, surge o profissional de auditoria interna, o qual é um empregado da empresa, com independência inferior ao auditor externo, não podendo estar subordinado àqueles cujo trabalho examina,

Conforme Almeida (1996), os principais objetivos de um auditor interno podem ser assim definidos:

- Verificar o cumprimento das normas internas;
- Apurar o aprimoramento das normas internas existentes;
- Identificar a necessidade de outras normas internas;
- Auditar áreas contábeis e operacionais;
- Realizar maior quantidade de testes.

O auditor interno deve ter bem clara qual é a sua função dentro da organização e quais os objetivos que deve alcançar no decorrer do seu trabalho.

O grande avanço na área das comunicações no mundo tornou-o mais competitivo, fazendo com que predomine a competência, a tecnologia e muita criatividade na elaboração da auditoria. A auditoria interna precisa de aprimoramento para assessorar a alta administração, criando estratégias para programas de qualidade, das operações e modelos decisórios.

O Conselho Federal de Contabilidade (*apud* PAULA, 1999, p. 32), conceitua auditoria interna como: “O conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações sobre aspectos físicos, contábeis, financeiros e operacionais da entidade”.

Em face da aplicação dos procedimentos de auditoria, o auditor interno obtém provas para avaliar se os critérios estabelecidos estão sendo atendidos ou não. Conforme Almeida (1996), a evidência da auditoria é classificada em evidência

física, documental, testemunhal e analítica, de acordo com os procedimentos que a originaram.

A evidência física é obtida com procedimentos de inspeção física ou observação direta do objeto auditado, normalmente apresentada em forma de fotografias, mapas e gráficos.

Através dos exames de ofícios, contratos, documentos comprobatórios e informações prestadas por pessoas, o auditor obtém a evidência documental.

A evidência testemunhal é aquela decorrente da aplicação de questionários e entrevistas e, por último, a evidência analítica, que decorre da conferência de cálculos e comparações feitas pelo auditor.

O auditor interno também deve assessorar a administração no trabalho de prevenção de erros e fraudes, obrigando-se a informá-la, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de erros ou fraudes detectados no decorrer de seu trabalho.

Para que o auditor desenvolva um trabalho de total qualidade, sem cometer deslizes, ele deve embasar-se em conhecimentos teóricos de todas as áreas da administração e considerar vivências práticas de outros auditores que podem auxiliá-lo, principalmente no início de suas atividades.

Para tornar o trabalho de auditoria interna mais eficiente, são necessários profissionais qualificados, que possuam conhecimentos de contabilidade e das técnicas de auditoria e que saibam utilizá-las.

Para que os trabalhos do auditor interno tenham êxito, torna-se extremamente necessária a compreensão, o apoio e a colaboração de todos os colaboradores da empresa. Eles devem entender a presença do auditor em sua área de trabalho não com função de fiscalização, mas com o objetivo de orientação para obtenção do resultado planejado pela administração.

O trabalho de auditoria interna tem sua independência um tanto restrita à administração da empresa, mas isso não interfere no seu trabalho, se tiver livre arbítrio no desenvolvimento de suas atividades. O planejamento pode ser traçado de acordo com um plano de trabalho que pode envolver a identificação do trabalho, o tempo de execução, o pessoal envolvido, a verificação dos controles, a determinação dos pontos fracos e fortes, a finalização do trabalho e o relatório final.

De acordo com Almeida (1996), pode-se afirmar que a auditoria é um trabalho sério que merece confiança e valorização e que deve ser executada por profissionais

competentes que dominem todos os assuntos das áreas que envolvam o gerenciamento da organização

2.4.1 Procedimentos de auditoria interna

Conforme Bittencourt (2003), os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.

Estes testes de observância visam à obtenção de uma segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários.

O auditor interno deve adotar procedimentos adequados para assegurar-se que todas as contingências ativas e passivas relevantes decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações, bem como de lançamentos de tributos e de contribuições em disputa, foram identificadas e são do conhecimento da administração da empresa.

O processo deve ser supervisionado para alcançar razoável segurança de que o objetivo do trabalho da auditoria interna está sendo atingido.

O auditor interno deve examinar a observância das legislações tributária, trabalhista e societária das legislações tributária, trabalhista e societária, bem como o cumprimento de normas reguladoras às quais a empresa estiver sujeita.

Através de papéis de trabalho, o auditor interno deve documentar todos os elementos significativos dos exames realizados, que evidenciem ter sido a auditoria interna executada de acordo com as normas aplicáveis. Estes papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhes suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

2.4.2 Relatório de auditoria interna

De acordo com Silva (1997), o relatório de auditoria interna é o produto do auditor interno e deve ser apresentado de forma que o auditado e o usuário da

auditoria o entendam. No relatório, constam as opiniões técnicas do auditor, que pode recomendar melhorias no processo. É válido para o auditor, para que este possa conferir se todos os fatos importantes foram verificados, se houve ineficiência na execução de suas tarefas, ou mesmo, descuido.

Segundo Crepaldi (2000, p. 46) as normas de um relatório podem ser assim definidas:

Os relatórios devem ser feitos por escrito e revisados na forma de rascunho, pelo setor auditado e pelos dirigentes que solicitaram a auditoria; os relatórios devem ser objetivos, imediatos e oportunos; os relatórios devem apresentar dados exatos e fidedignos e os fatos descobertos de maneira convincente, clara, simples, concisa e competente; os relatórios devem conter realizações dignas de notas e enfatizar principalmente as melhorias, em vez de críticas.

É através do relatório que o auditor demonstrará a qualidade das atividades auditadas, aumentando, assim, a responsabilidade do profissional que elabora tal trabalho.

De acordo com a classificação de Silva *et al.* (1997), os relatórios podem ser preliminares, finais e especiais. O primeiro é um relatório periódico, com uma apresentação mais simples. Os relatórios finais são mais abrangentes e incluem a conclusão do auditor. O último somente é realizado quando ocorrem fatos específicos que necessitem do acompanhamento de um auditor.

Ao elaborar o relatório de auditoria, o auditor deve preocupar-se em fazê-lo de uma forma compreensível, que possa ser entendido por todos, e não apenas pelo pessoal especializado.

Para facilitar a leitura e interpretação de todos os leitores, o auditor deve ter clareza e objetividade na formação dos itens que compõe o seu relatório.

2.5 Controles internos

O sistema de controles internos que a empresa possui é a base para a execução do trabalho de auditoria interna.

Conforme Attie (1984), tem-se de notar que controle interno é diferente de auditoria interna. Enquanto o primeiro refere-se a procedimentos utilizados dentro da

organização, adotados com planos permanentes da empresa, o segundo é um trabalho organizado de revisão. Para que a contabilidade funcione bem, é preciso que a organização tenha um controle eficiente. Muitas vezes, as empresas abrem mão deste processo por possuírem funcionários de confiança, acreditando que dessa maneira não haverá irregularidades.

No entanto, é de suma importância o elo entre a auditoria interna e os controles, sendo que a primeira pode constatar falhas ou erros no sistema, caso os controles possuam limitações.

É neste contexto que a auditoria desenvolve seu papel, opinando, primando por melhorias e colocando-se à disposição da empresa para suprir suas necessidades. O foco da auditoria interna é assessorar a administração no desempenho eficiente de suas funções, fornecendo-lhes análises, avaliações, recomendações e comentários sobre as atividades auditadas.

Segundo Almeida (1996, p. 50):

O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa. Os dois primeiros objetivos representam controles contábeis e o último, controles administrativos.

Como exemplos de controles contábeis, podem ser citadas as transações operacionais, controles físicos sobre ativos, auditoria interna, verificação da segregação de funções. Os exemplos de controles administrativos podem ser: propiciar treinamento ao pessoal, controlar a qualidade, verificar se as metas traçadas foram atingidas, entre outros.

O conceito de controle interno deve ser avaliado no seu real significado, sendo a base dos conhecimentos de administração, o qual enfatiza o plano organizacional, os sistemas administrativos, as políticas administrativas e a eficiência do pessoal da empresa.

Conforme Attie (1984), para que um controle interno seja feito, alguns princípios devem ser seguidos: a responsabilidade deve ser determinada; a contabilização e as operações devem ser segregadas; fazer uso de provas disponíveis, para confirmar a veracidade das operações e da contabilidade; uma única pessoa não pode realizar uma transação comercial; oferecer treinamento ao pessoal; rotatividade entre os funcionários; as instruções devem ser por escrito; o

método de partidas dobradas não substitui o controle interno; utilizar contas de controle; dar preferência a equipamento mecânico; é necessário um sistema de revisão e avaliação independente das normas, operações e registros da empresa, realizadas por um departamento de auditoria interna, ou por uma pessoa que exerça essas atividades.

Conforme os dados apresentados, identifica-se a relação existente entre a auditoria interna e o sistema de controle interno elaborado pela administração da empresa. Compete, no entanto, colocá-las em prática da melhor forma possível. Isso facilitará o trabalho dos auditores internos e, conseqüentemente trará benefícios à organização.

Dentre as tarefas do auditor, está também a de avaliação e exame do controle interno, sendo esta de suma importância. Sabe-se que a administração da empresa é que estabelece os controles internos, porém, a responsabilidade do auditor limita-se a investigar até que pontos os procedimentos existentes merecem apreço, bem como se sua aplicação está sendo feita de forma correta, inclusive identificar falhas, sugerindo melhorias.

O auditor deve verificar se os controles internos utilizados são os que realmente constam nos documentos. Muitas vezes, ocorre que determinada empresa tem um bom sistema de controles internos descritos no manual de procedimentos, mas que não são colocados em prática. O auditor pode perceber isso, observando o trabalho dos funcionários e realizando inspeção nos registros contábeis.

A avaliação dos controles internos exige que o auditor tenha muita técnica, eficiência, conhecimento e experiência, pois é ele que irá detectar possíveis erros, falhas ou irregularidades no sistema, devendo apresentar melhorias concretas. Deve-se ressaltar que ainda não foi criado um sistema de controle interno totalmente perfeito, pois sempre existe algum detalhe que pode ser ajustado ou melhorado.

2.6 Auditoria nas instituições financeiras

Os crescentes escândalos financeiros na economia americana fizeram com que as autoridades revissem as regulamentações de governança corporativa e a obrigatoriedade da criação de um comitê de auditoria.

Em maio de 2003, o Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução nº

3.081, autorizando novas normas às instituições financeiras. Entre estas normas, duas têm maior destaque: responsabilidade na administração e comitê de auditoria.

A primeira norma, de responsabilidade na administração, trata da indicação de um profissional tecnicamente qualificado que responda pelo cumprimento de normas e procedimentos de contabilidade e auditoria.

A segunda norma, de comitê de auditoria, assume a responsabilidade pelas adaptações no sistema de controles internos das instituições financeiras, devendo contar com a participação de um especialista em contabilidade e auditoria. É de sua responsabilidade, também, a criação de controles e procedimentos que atendam as normas vigentes. Somente as instituições financeiras com patrimônio igual ou superior a R\$ 200 milhões de reais são obrigadas a implantar este comitê.

Seguindo essas normas, as instituições financeiras do Brasil passarão a ter maior credibilidade e transparência nas suas transações, uma vez que estão seguindo um padrão internacional de governança corporativa.

A resolução nº 3.081 prevê, como principais requisitos do comitê de auditoria: ser composto por três membros, implantar regras operacionais, contratação de auditor independente, verificar o andamento das auditorias independente e interna e elaborar um relatório semestral do comitê.

Ressalta-se que essas são apenas algumas das atribuições desse comitê. Existem outras atribuições que também devem ser seguidas para garantir uma imagem positiva perante os administradores, investidores e sociedade em geral.

A criação dessa norma destaca ainda mais a importância que a auditoria vem tendo para as instituições financeiras.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Conhecendo-se os vários tipos de pesquisas que podem ser utilizados na elaboração de um trabalho científico, como a pesquisa exploratória, a descritiva e a explicativa, optou-se pela pesquisa descritiva, a qual facilita a análise e interpretação dos dados encontrados, sem que o pesquisador interfira neles. De acordo com Gil (*apud* BEUREN *et al.*, 1999, p. 81), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Pode-se verificar, através da pesquisa descritiva, como foi efetuado o trabalho de auditoria interna realizado na agência em estudo e quais foram os procedimentos de auditoria efetuados pelo auditor interno.

Dentre os procedimentos existentes: estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa participante, preferiu-se o primeiro, por proporcionar um estudo mais detalhado a respeito de um caso específico, buscando uma provável resolução de problemas ligados ao objeto de estudo. O estudo de caso proporciona, ainda, o auxílio a novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos, fato que é de suma importância no caso indicado.

De acordo com Gil (*apud* BEUREN *et al.*, 1999, p. 73):

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

O estudo enquadra-se como pesquisa qualitativa, uma vez que não envolve instrumento estatístico. De acordo com Richardson (*apud* BEUREN *et al.*, 1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

O trabalho foi realizado em uma instituição financeira da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, no município de Salto do Jacuí. Todos os colaboradores desta agência participaram como público-alvo da pesquisa.

Os instrumentos dessa pesquisa que fizeram parte do desenvolvimento do

trabalho foram a pesquisa documental (registros existentes na organização) e a pesquisa bibliográfica (referências de autores, material de apoio e internet). Estas técnicas, juntamente com visitas periódicas à empresa, foram úteis na busca de maiores informações sobre auditoria interna.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental, com a finalidade de dar embasamento teórico à pesquisa realizada.

Durante a realização deste trabalho, foi realizada a auditoria interna na agência em estudo. Nesta auditoria interna, foi feito o acompanhamento dos trabalhos e dos procedimentos realizados pelo auditor interno.

Após o término dos trabalhos de auditoria interna, foi questionado aos 10 colaboradores da instituição em estudo qual era a opinião deles a respeito do trabalho de auditoria interna realizado na agência e qual a sua importância para a realização dos seus trabalhos.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Descrição do campo de estudo

A empresa objeto de estudo é uma instituição financeira localizada na cidade de Salto do Jacuí, região noroeste do Rio Grande do Sul. É uma das filiais de um banco nacional, cuja matriz está localizada em Porto Alegre.

Criada em 12 de setembro de 1928, a instituição tem como missão promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, atendendo pessoas de todos os segmentos econômicos e sociais.

Conforme dados obtidos junto à administração e normativos da empresa, atualmente, o banco tem 2,9 milhões de clientes, uma rede de 401 agências, 290 postos de atendimentos, 351 pontos de atendimento eletrônico e um escritório em Buenos Aires, estando presente em 97% da comunidade gaúcha. Seu principal foco de atuação são as pessoas físicas, micro, pequenas e médias empresas.

Sendo um banco múltiplo, atua na carteira comercial, de crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos. Sua variedade de produtos e serviços o coloca entre os maiores bancos, com tecnologia que oferece auto-atendimento e tele-serviços compatíveis com as exigências do mercado.

O banco atua como banco comercial, de desenvolvimento e social. Na carteira comercial, desenvolve produtos, viabiliza investimentos, fortalece as relações com o setor público, o agronegócio, micro, médias e grandes empresas e setor de serviços. Como banco de desenvolvimento, é articulador de negócios e principal parceiro na cadeia produtiva. Na atuação social, dedica-se a fomentar projetos para melhorar a qualidade de vida dos gaúchos, principalmente nas áreas da educação, esporte e meio ambiente.

A agência objeto de estudo está em funcionamento desde 1983. Entre pessoas físicas e jurídicas, possui uma carteira com aproximadamente 3.500 clientes, sendo que a maioria são pessoas físicas.

Atualmente, a agência possui 10 colaboradores, classificados nas seguintes funções: um Gerente Geral, um Gerente Adjunto, seis escriturários e dois estagiários.

Todos os colaboradores da agência têm atribuições específicas para o exercício de suas funções, definidas no regulamento interno da instituição.

O Gerente Geral tem a função de liderar a equipe de trabalho, mantendo um bom relacionamento entre seus componentes e avaliar a produtividade do grupo, efetuando reuniões para repassar aos colaboradores as instruções de trabalho.

Também são funções do Gerente Geral representar o banco quando necessário, interagindo com a sociedade na qual está inserido, visando, sempre, captar novos clientes, divulgando produtos e serviços do banco.

Em relação às medidas de segurança operacional, é competência do Gerente Geral acompanhar e fazer cumprir os procedimentos de controles internos exigidos pelo banco. Caso exista algum indício de irregularidade, deve comunicar o caso à Unidade de Controladoria, solicitando a realização de auditoria interna e, na realização desta, deve providenciar, juntamente com o Gerente Adjunto, o cumprimento das recomendações feitas pelo auditor interno dentro dos prazos estabelecidos.

Dentre as funções do Gerente Adjunto estão a de coordenar a distribuição das tarefas à equipe, conferindo os trabalhos, de modo a oferecer atendimento eficiente aos clientes.

O Gerente Adjunto também é responsável pela conservação do patrimônio do banco, acompanhando serviços de manutenção, limpeza, segurança e efetuando a conferência do inventário de bens. Além disso, é encarregado de supervisionar a tesouraria em todas as atividades, bem como as operações de caixa e fechamento diário.

Aos escriturários compete, principalmente, a função de atender ao público em geral com cortesia, executando os serviços solicitados e divulgando os produtos e serviços do banco. Também é competência dos escriturários a organização dos arquivos de contratos, cartões de assinatura e relatórios, visando facilitar o trabalho de consulta aos mesmos.

Os escriturários operadores de terminal de caixa têm a função de efetuar pagamentos e recebimentos, conferindo a exatidão no preenchimento de documentos. Também é função desses escriturários a conferência de fundos e de assinaturas em documentos e cheques. Ao receber algum depósito de valor elevado, os operadores de caixa têm a função de comunicar ao Gerente Adjunto, para que o dinheiro seja recolhido à tesouraria e guardado no cofre, respondendo

pela exatidão do numerário recebido.

Atuando no assessoramento aos escriturários, os estagiários têm a função de atender ao público e, sempre que estiver ao seu alcance, resolver questões que possam ser solucionadas no auto-atendimento. Também devem auxiliar em todas as tarefas operacionais existentes na agência, respeitando os níveis de segurança para seu acesso aos sistemas existentes, contando sempre com a ajuda dos escriturários. Aos estagiários, fica vedada a execução dos serviços de caixa e negociações com os clientes.

Os estagiários e os escriturários são subordinados à administração da agência, ou seja, ao Gerente Geral e ao Gerente Adjunto. Este, é subordinado ao Gerente Geral que, por sua vez, é subordinado ao Gerente da Superintendência Regional.

Na agência que está sendo analisada, todos os colaboradores desempenham com êxito todas as funções que lhe são atribuídas.

4.2 Procedimentos adotados pela auditoria interna da instituição

De acordo com o material da empresa em estudo, todas as atividades executadas pelo ser humano requerem certos controles. Assim, a auditoria interna objetiva garantir a eficácia dos controles da instituição. Além da auditoria interna, todas as instituições possuem a auditoria externa, que é responsável pela análise e emissão do parecer sobre os dados contábeis da instituição na emissão do balanço da instituição.

O departamento de auditoria interna, que fica localizado na matriz do banco em Porto Alegre, é o responsável pela elaboração do planejamento da auditoria, que é igual para todas as agências auditadas. Este departamento também é responsável pelo assessoramento à rede de agências no atendimento a inconformidades e no desenvolvimento de rotinas operacionais. Sua principal função é apurar irregularidades pertinentes à segurança bancária, orientando quanto aos procedimentos e recomendando melhorias nos pontos de controle, atuando em termos preventivos ou corretivos.

Através de um sistema de monitoramento de dados à distância, a auditoria interna, em Porto Alegre, pode fazer o acompanhamento do fluxo diário de informações em cada agência em que ocorrerá a auditoria. Este sistema de

monitoramento permite o cruzamento de diversos sistemas com dados da agência auditada, com o objetivo de demonstrar falhas operacionais e até mesmo fraudes, sem que seja necessária a presença do auditor na instituição financeira.

Normalmente, o auditor interno comparece à agência a cada seis meses sem avisar o dia da visita. Na agência objeto de estudo, a auditoria foi realizada em fevereiro de 2006.

Ao chegar à agência, antes de iniciar os trabalhos de auditoria, o auditor elaborou uma ata de abertura, onde colocou o nome de todos os colaboradores presentes. Nesta ata, também foi feita uma explanação do escopo de auditoria e seus objetivos, que normalmente são os mesmos para todas as agências. São eles:

- a) verificar se os procedimentos da agência estão de acordo com as normas estabelecidas pela instituição;
- b) recomendar ou sugerir medidas que contribuam para a prevenção de irregularidades e ocorrência de fraudes;
- c) determinar ações para regularizar inconformidades encontradas;
- d) analisar procedimentos operacionais, a partir dos itens constantes no “*check list*” e outros que julgar necessário, visando maior otimização dos trabalhos.

Dentre as normas às quais o auditor deve estar atento, destacamos, a seguir, algumas das normas exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a resolução 2.554 e os procedimentos executados pela auditoria interna:

- a) Art. 2º inciso I: definição de responsabilidades dentro da instituição. A instituição está de acordo com a norma, pois o auditor observou que existe atribuição de responsabilidades;
- b) Art. 2º inciso II: segregação de atividades atribuídas aos integrantes da instituição. A norma é cumprida pois foi observado pelo auditor interno que existe rotatividade de funções entre os colaboradores da agência;
- c) Art. 2º inciso III: meios de identificar e avaliar fatores externos e internos. A norma é obedecida, pois foi observado pelo auditor que existe uma normatização interna e externa.
- d) Art. 2º inciso IV: existência de canais de comunicação que permitam aos colaboradores o acesso a informações confiáveis. O departamento de auditoria fez a chamada auditoria de sistemas, analisando as informações do sistema bancário atestando que são eficientes.

- e) Art. 2º inciso V: contínua avaliação dos riscos associados às atividades da instituição. No que tange à segurança física e proteção do patrimônio da organização, o auditor observou os dispositivos de segurança, confirmando o seu funcionamento.
- f) Art. 2º inciso VI: acompanhamento das atividades desenvolvidas, avaliando o alcance dos objetivos e a correção dos possíveis desvios. Em seu trabalho de auditoria interna, o auditor observou a maneira como os colaboradores executavam suas tarefas, confirmando que eram executadas de maneira correta e em tempo hábil, alcançando os objetivos propostos pela organização.
- g) Art. 2º inciso VII: testes periódicos de segurança nos sistemas de informações. No que tange à segurança lógica, foi realizada auditoria de sistemas pelo departamento de auditoria interna da instituição, dando conformidade aos sistemas utilizados pelo banco.

Pode-se perceber que a instituição em estudo está de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, cabendo ao auditor a tarefa de verificar se essas normas e procedimentos estão sendo observadas pelos colaboradores da instituição.

A seguir, alguns procedimentos realizados pelo auditor interno na agência em estudo, durante sua visita em fevereiro de 2006:

1) Procedimentos referentes a numerários:

- Contagem de todo o dinheiro da tesouraria (cofre, máquinas pagadoras e fundo de caixa), conferindo se o valor era o mesmo registrado na contabilidade;
- Conferência de valores de pernoite em tesouraria, verificando se não ultrapassa o máximo estabelecido;

2) Procedimentos referentes à contabilidade:

- Conferência das despesas contabilizadas, para ver se possuem a autorização do gerente;
- Conferência das pendências ativas e passivas, para ver se estão sendo regularizadas dentro do prazo estabelecido;

3) Procedimentos referentes ao caixa:

- Exame físico e confirmação: contagem do dinheiro em caixa, cheques e duplicatas recebidos, com a posterior confirmação dos valores registrados;

- Exame de documentos originais: cheques pagos, dinheiro e duplicatas recebidas, verificando se não há alguma falsificação;
- Conferência de cálculos: conferência dos lançamentos realizados e autenticações feitas;
- Correlação do dinheiro em caixa com a movimentação realizada e autenticações;
- Observação das práticas exercidas pelos caixas;

4) Procedimentos referentes ao cadastro de clientes:

- Verificação das cópias da documentação necessária para abertura de contas (físicas e jurídicas);

5) Procedimentos referentes a financiamento de veículos:

- Verificação das apólices de seguros de todos os veículos financiados pela agência;

Os procedimentos de conferência foram feitos por amostragem, ou seja, dos itens verificados, foi feita a conferência com base em um percentual (60%, 80%), de acordo com a importância do que foi examinado. Em casos de constatações de irregularidades em quantidades excessivas, este percentual pode ser aumentado, visando a atingir dados mais exatos. Com referência a numerários, o percentual foi de 100%, pois é o principal produto do banco.

O auditor interno documentou, através de papéis de trabalho, todos os procedimentos dos exames realizados, evidenciando, assim, que a auditoria interna foi realizada conforme as normas da instituição.

Devido à segurança documental e operacional, os papéis de trabalho não foram disponibilizados pela administração da agência para a coleta de dados, limitando a pesquisa.

Durante os trabalhos de auditoria interna na agência, o auditor elaborou um relatório, constando as inconformidades encontradas e quais os procedimentos que deviam ser adotados para a sua regularização. Na verdade, somente foram registradas as irregularidades, pois o que está correto é a obrigação da agência.

Através do relatório de auditoria, o auditor informou os resultados da instituição auditada. O relatório foi redigido de forma clara, objetiva e imparcial,

constando o trabalho que foi realizado, a alcance abrangido, a forma como foi realizado, os fatos relevantes e as conclusões às quais chegou.

Após o período de auditoria interna na agência, o auditor fez uma reunião para entregar o relatório de auditoria aos administradores da agência. Durante esta reunião, a ata de encerramento foi assinada pelos colaboradores presentes e entregue à agência.

Normalmente ocorre, entre 60 a 90 dias após a auditoria, a visita de acompanhamento, objetivando a verificação da correção das irregularidades apontadas pelo auditor. Porém, no caso da agência em estudo, esta revisita não foi necessária, pois as medidas de correção foram sendo tomadas durante os trabalhos de auditoria.

Todos os colaboradores da agência participaram ativamente do trabalho de auditoria interna realizado na agência. À medida que o auditor interno fazia alguma observação sobre algum procedimento incorreto, os colaboradores responsáveis providenciavam, no mesmo instante, a regularização do procedimento. Os colaboradores da agência também aproveitaram a visita do auditor interno à agência para dirimir dúvidas quanto a alguns procedimentos.

4.3 Resultados e discussões

Após o encerramento do trabalho de auditoria realizado na agência em estudo, foi questionado aos 10 colaboradores da agência qual a opinião deles sobre os trabalhos de auditoria interna.

A primeira pergunta foi qual era a importância do trabalho de auditoria na instituição financeira. Os colaboradores da agência foram unânimes em dizer que consideram extremamente importante o trabalho de auditoria interna na instituição financeira. A maioria dos questionados (nove) acredita que um dos maiores benefícios que o trabalho de auditoria interna proporciona na execução de suas tarefas é um menor grau de exposição a riscos. Todas as atividades bancárias envolvem transações com numerários, créditos, e a auditoria interna faz com que os colaboradores coloquem em prática os procedimentos de controles internos, de acordo com as normas da instituição em estudo.

Outra resposta relevante é que a auditoria interna pode ser útil em relação à fidedignidade às normas. Os colaboradores executam suas tarefas de acordo com o

estabelecido nas normas da instituição, para que, ao ser realizada a auditoria interna, não haja nenhuma irregularidade.

Também foi questionado aos colaboradores da agência sobre quais os procedimentos que têm necessidade de ser auditados. Os colaboradores foram unânimes ao responder que todos os procedimentos existentes na agência têm necessidade de ser auditados, e não somente alguns itens específicos como numerários, operações de crédito, captação, contabilidade.

Em relação às normas de auditoria interna, foi questionado se bastava conhecê-las para evitar erros involuntários. Os colaboradores também foram unânimes em responder que as normas de auditoria interna podem evitar erros involuntários mas que, além de conhecer as normas, é necessário também a aplicação delas. Apenas um colaborador mencionou que bastava conhecer as normas para evitar possíveis erros.

Foi questionado aos colaboradores sobre a importância que a auditoria interna tem para a instituição. Dentre os colaboradores da agência, alguns ainda acham que a auditoria interna somente é importante para a instituição, à medida que detecta erros e fraudes. Porém, a maioria dos colaboradores respondeu que consideram a auditoria interna importante, à medida que ela dá suporte à administração, ou seja, a cada dúvida na realização de uma tarefa, pode-se recorrer ao auditor interno.

Também foi perguntado aos colaboradores sobre como seria o trabalho deles na agência caso não houvesse auditoria interna. Alguns colaboradores acreditam que, se não houvesse auditoria interna, não precisariam modificar sua maneira de trabalhar, uma vez que a auditoria interna serve para orientar quanto às normas e procedimentos. Outros entendem que precisariam efetuar um maior controle de suas ações, pois teriam incertezas quanto ao cumprimento de normas e procedimentos, ou seja, aumentaria a observação nos procedimentos e conseqüentemente geraria um retrabalho.

Destacam-se, a seguir, as respostas obtidas de cada colaborador, ao ser indagado em como seria o seu trabalho sem a auditoria interna:

- não teríamos a certeza de que as normas estabelecidas pela organização estão sendo cumpridas;
- faltaria acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pela

- instituição;
- aumentaria o número de tarefas a controlar e acompanhar;
 - teria de incorporar no trabalho já existente um sistema de controle para procedimentos de maior risco;
 - precisaria de um controle maior;
 - estaríamos mais expostos a riscos;
 - prejudicado;
 - as auditorias internas não afetam a realização do trabalho, apenas orientam quanto aos procedimentos;
 - eu iria trabalhar da mesma forma que estou trabalhando, pois conhecendo os controles internos, já tem uma regra a seguir na organização;
 - não mudaria, porém a auditoria nos ajuda a entender melhor os procedimentos adotados pela organização.

Na auditoria realizada nesta instituição bancária, observa-se que foram relatados os procedimentos da auditoria, seus objetivos, metodologia e processos para o desenvolvimento do trabalho.

Durante o trabalho de auditoria na agência, o auditor foi íntegro em todas as suas responsabilidades, demonstrando todos os quesitos necessários para a função de auditor interno. Mostrou sempre imparcialidade, evitando influência dos colaboradores da agência e fatos que pudessem representar prejuízo ao seu trabalho, que foi realizado com persistência, objetivando resultados satisfatórios para a agência auditada.

Além de ser obrigatória, observa-se que a auditoria interna em instituição financeira é de grande importância para a verificação dos processos, ajudando as instituições a melhorar seu desempenho operacional e diminuir o grau de exposição de riscos.

Foi um grande passo descobrir que todos os colaboradores da agência estão cientes da importância da auditoria interna pois, assim, colocam em prática as normas e procedimentos definidos no sistema de controles internos.

5 CONCLUSÃO

Ao longo do tempo, a auditoria vem passando por várias modificações, adaptando-se, assim, às novas exigências do mercado, cada vez mais competitivo. Para isso, a auditoria vem inovando e modernizando as suas técnicas, juntando-se a outras áreas do conhecimento, elevando para os administradores os resultados que os gestores planejam.

Na realização deste trabalho, observou-se que a auditoria interna em instituições financeiras, além de obrigatória, é de grande importância, pois é responsável pelo acompanhamento sistemático das rotinas, dando suporte à administração e orientando todos os colaboradores na execução correta de suas atividades, evitando erros involuntários, falhas e até mesmo sendo capaz de prevenir acontecimentos prejudiciais à confiabilidade da organização.

Observou-se, também, a importância do trabalho do auditor interno, pois ele atua como um multiplicador de experiências, tornando-se referência para a busca de controles eficazes, prevenindo e identificando rapidamente erros ou fraudes.

Além disso, o auditor interno mostra-se capaz de identificar em uma instituição os pontos fracos e diminuir estas deficiências, por meio de sugestões e recomendações. O seu papel fica caracterizado como instrumento de assessoramento à administração.

Com base no estudo realizado, verificou-se que ao trabalho de auditoria interna, além de abranger fatores técnicos, também abrange fatores psicológicos, pois no momento em que estão sendo auditados, os colaboradores redobram seus cuidados para não cometer irregularidades.

Através dos assuntos relatados durante o desenvolvimento deste trabalho, constatou-se que os conceitos mencionados na parte teórica são aplicados na prática, durante a realização do trabalho de auditoria interna na agência em estudo.

Embora para alguns colaboradores a auditoria ainda seja vista apenas como instrumento para detectar erros e fraudes, a maioria deles já tem visões mais claras da importância da auditoria interna, servindo de suporte aos gestores. A ideia do auditor como um carrasco, que tinha o dever da punição, não existe mais. O auditor interno passou a ser visto como um aliado na boa condução dos serviços diários.

Esta pesquisa teve algumas limitações, pois, de acordo com as normas de

segurança operacional da instituição financeira em estudo, os papéis de trabalho utilizados pelo auditor não puderam ser fornecidos pela administração da agência.

Mesmo com algumas limitações, este trabalho conseguiu atingir o seu objetivo geral de demonstrar quais são os procedimentos de auditoria utilizados pelo auditor interno e como é realizada a auditoria interna na instituição financeira examinada, atingindo também, os objetivos específicos propostos.

Conclui-se, enfim, que a auditoria interna se expande, quando os usuários de suas informações percebem a sua importância. Assim, buscam informações relevantes e que ajudem a empresa a diminuir o grau de exposição aos riscos, mantendo uma imagem de credibilidade perante a sociedade.

Este trabalho foi de extrema importância, pois propiciou um maior conhecimento a respeito da auditoria, em especial sobre a auditoria interna e sua prática em uma instituição financeira, sendo ela instrumento imprescindível para o bom andamento dos procedimentos bancários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria um curso moderno e completo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2554/98 que dispõe sobre a implementação do sistema de controles internos às instituições financeiras**. Disponível em: <<http://www.cnb.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

BEUREN, Ilse Maria (org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BITTENCOURT, Sandro Augusto Martins. **Material didático de auditoria contábil**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2003.

BRASIL, Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispões sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <<http://www.sef.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

COLLI, José Alexandre; FONTANA, Marino. **Contabilidade bancária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 780/1995 que regulamenta a NBCT 12 – Normas da Auditoria Interna**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 821/1997 que aprova a NBC P 1 – Normas Profissionais do Auditor Independente**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 781/1995 que aprova a NBC P 3 – Normas Profissionais do Auditor Interno**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução 3.081/2003 que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras**. Disponível em: <<http://www.abscm.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MANUAL DE AUDITORIA INTERNA. **Material da empresa em estudo.**
Fevereiro/2006.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria interna:** embasamento conceitual e suporte tecnológico. São Paulo: Atlas, 1999.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis:** normas e procedimentos. São Paulo; Atlas, 1995.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de auditoria.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, Jorge Luiz da, *et al.* **O que você precisa saber sobre a auditoria interna.** 3. ed. Porto Alegre: CRC/RS, 1997.

SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS. **Material da empresa em estudo.**
Fevereiro/2006.